

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

9ª Sessão Ordinária de 2026

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 2/6/2026, págs.1/12)

Data: 09/06/2026

Horário: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 8ª Sessão Ordinária (26/05/2026).

PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA

Pedido de Vista na 20ª Sessão Ordinária de 2025 (16/12/2025)

- 1) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01086/2025-80
- Requerente: Christiana Ramalho Leite Cavalcante
Advogado: Leonardo Accioly da Silva – OAB/PE nº 17265
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2024. Determinação para suspensão do ajuizamento da Ação Civil Pública de perda do cargo. Pedido liminar.
- Relator: Cons. Carl Olav Smith
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Pedido de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2026 (12/05/2026)

- 2) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00145/2026-48 (Recurso Interno)
- Recorrente: Aline Silva Albuquerque
Advogados: Artur Guedes da Fonseca Mello – OAB/DF n.º 79165-A; Rogerio Mello – OAB/MA n.º 22.692-A
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Requerimento para designação de Promotora de Justiça à ocupação da Diretoria das Promotorias de Justiça de Estreito/MA. Pedido indeferido, em razão da Promotora requerente estar autorizada a exercer funções em trabalho remoto, de maneira híbrida. Pedido de reconhecimento da compatibilidade do exercício de Diretoria das Promotorias com o regime de teletrabalho. Pedido de liminar.
- Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
Origem: Maranhão
Vista: Cons. José de Lima Ramos Pereira

Processos com pedido de vista cancelado em razão do término do mandato do vistor

- 3) Proposição nº 1.00393/2019-23
- Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77 do RICNMP.
- Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
Origem: Distrito Federal

- 4) Proposição nº 1.00281/2021-97
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Vedações impostas aos membros do Ministério Público brasileiro, em razão do exercício do cargo, consolidando as Resoluções nº 5/2006; nº 8/2006; nº 16/2007; nº 18/2007; nº 73/2011; nº 132/2015; nº 133/2015; nº 144/2016; e nº 224/2021.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Distrito Federal

PROCESSOS REMANESCENTES

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária de 2026 (27 e 28/01/2026)

- 5) Proposição nº 1.00892/2024-88
Requerente: Cíntia Menezes Brunetta
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição das diretrizes para a elaboração do Programa de Integridade pelos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e revoga a Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 6/2023.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2026 (10/03/2026)

- 6) Proposição nº 1.01365/2025-44
Requerente: Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 170, de 13 de junho de 2017, para adequá-la à Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas em concursos públicos, e revoga dispositivos em desconformidade com a nova legislação.
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2026 (28/04/2026)

- 7) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00590/2024-64 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Carlos Mohn Roller – OAB/DF n.º 62.938
Interessado: Associação Nacional dos Procuradores da República
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Processo Administrativo Disciplinar. Adoção de providências cabíveis em face das irregularidades de que tiver conhecimento ou que ocorrerem nos serviços a seu cargo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00518/2023-47. Portaria CNMP-CODI/CN nº 20/2024.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Distrito Federal
- 8) Proposição nº 1.01328/2025-27
Requerente: Ivana Lucia Franco Cei
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui o Código de Ética das Ouvidorias do Ministérios Públicos dos Estados e da União e dá outras providências.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Distrito Federal
- 9) Pedido de Providências nº 1.00280/2026-93
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Tocantins
Advogada: Camilla Miranda do Nascimento – OAB/TO n.º 8094
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. Atuação. Promoção de arquivamento. Notícia de Fato nº 2025.0010585. Controle do acórdão proferido pelo Conselho Superior (CSMP/TO), que manteve o arquivamento.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz
Origem: Tocantins

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2026 (26/05/2026)

- 10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00788/2022-40 (Recurso Interno)
Recorrente: Pedro Paulo Mendes Martins
Advogados: Luciana Alves de Lima Angelo – OAB/PR n.º 56332; Luiz Eduardo Canto de Azevedo Bueno – OAB/PR n.º 88950
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Procedimento de impugnação de vitaliciedade de membro. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação para reintegração do requerente ao cargo de Promotor de Justiça.
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto
Origem: Paraná
- 11) Reclamação Disciplinar nº 1.01067/2024-55 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Advogado: Thiago Brhanner Garces Costa – OAB/MA n.º 8.546
Recorrida: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
Origem: Maranhão

- 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00717/2025-44
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Minas Gerais
Advogados: Antonio Marques Carraro Junior – OAB/MG n.º 85039; Gleiciane Emanuele Duarte – OAB/MG n.º 88019
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessado: Diogo Pestana Rangel
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Desconstituição de ato administrativo. Recomendação nº 03/2025, editada pela 2ª Promotoria de Justiça de Abre Campo/MG. Inquérito Civil nº 04.16.0003.0014679/2022-13. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Minas Gerais
- 13) Proposição nº 1.00068/2026-62
Requerente: Cíntia Menezes Brunetta
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que dispõe sobre a atuação do Ministério Público em face de decisões judiciais, acordos ou propostas legislativas que estabeleçam remissão ou redução de pena em troca de doação de sangue, e dá outras providências.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Distrito Federal
- 14) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00128/2026-10 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Advogados: José Augusto de Souza Peres Filho – OAB/PB nº 35.631; Fernando Veiga Bretones Filho – OAB/DF nº 28901; Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho – OAB/DF nº 29513; Lucas Cavalcante Gondim – OAB/DF nº 79938; Sophia Ferreira Merlo – OAB/DF nº 83021
Interessado: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Reclamação Disciplinar nº 1.00048/2025-83. Infrações disciplinares correlatadas a possível prática de crimes voltados à atividade de garimpo ilegal.
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
Origem: Pará
- 15) Notícia de Fato nº 1.00167/2026-44 (Recurso Interno)
Recorrente: Alexandre Florentino Magalhães
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Informa a ocorrência de suposta irregularidade da atuação funcional no bojo de processo judicial.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Maranhão

- 16) Notícia de Fato nº 1.00254/2026-74 (Recurso Interno)
Recorrente: Alexandre Gomes Machado
Advogada: Isabella Gomes Machado – OAB/DF n.º 10482
Recorrida: Membro do Ministério Público do Trabalho
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Trabalho. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na condução de procedimento extrajudicial.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Distrito Federal
- 17) Conflito de Atribuições nº 1.00432/2026-49 (Processo Sigiloso)
Requerente: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. 1.34.001.004535/2025-72. Ministério Público do Estado de São Paulo. NF 0224.0000095/2025. Conflito Negativo de Atribuições. Apura suposto crime de racismo, por meio de postagens pejorativas na rede social "X" (antigo Twitter), em desfavor de vítima de feminicídio.
Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Origem: São Paulo
- 18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00515/2026-56
Requerente: Gregori Pavan Freire de Carvalho
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Alegação de índices insuficientes de transparência e governança administrativa no âmbito do Parquet estadual. Atendimento inadequado de pedidos de acesso à informação, bem como no âmbito das manifestações à Ouvidoria ministerial. Pedido de fiscalização e correção de eventuais irregularidades, referente à transparência, acesso à informação, governança e atendimento ao cidadão.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Espírito Santo

Processos desta Sessão (09/06/2026)

- 19) Pedido de Providências nº 1.00640/2025-67
Requerente: Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas – Abracrim
Advogados: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho – OAB/DF nº 29513; Sheyner Yasbeck Asfora – OAB/PB nº 11.590; Lucas Cavalcante Gondim – OAB/DF nº 79938; Filipe Coutinho da Silveira – OAB/PA nº 12131
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Resolução nº 2/2025-CPJ. Alegação de previsão do GAECO como órgão de execução perante a Vara de Combate às Organizações Criminosas, à revelia de previsão legal. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Pará

- 20) Proposição nº 1.00942/2025-80
Requerente: Fernando da Silva Comin
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação que "Dispõe sobre diretrizes para uma atuação ministerial articulada, preventiva e resolutiva no acompanhamento do financiamento da educação básica pública, promovendo a fiscalização qualificada da aplicação dos recursos, bem como o fortalecimento das melhores práticas e experiências do Ministério Público brasileiro na defesa do direito à educação com qualidade social".
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Origem: Distrito Federal
- 21) Notícia de Fato nº 1.01180/2025-94 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Fabio Hilario Soares Cardoso
Recorridas: Membras do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Notícia de Fato. Membras do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Minas Gerais
- 22) Pedido de Providências nº 1.01267/2025-16 (Embargos de Declaração)
Embargante: João Aparicio de Souza
Embargado: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Requer verificação da conduta do Parquet na condução da VPI nº 2510353316, instaurada a partir de denúncias de alunos da Universidade Estadual de Goiás, em desfavor do requerente. Alega que a Promotoria de Justiça de Goianésia não ofereceu assistência adequada ao requerente, pessoa com deficiência, além de atuar com parcialidade.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz
Origem: Goiás
- 23) Proposição nº 1.01325/2025-66
Requerente: Ângelo Fabiano Farias da Costa
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Unidade Nacional de Perícias Médicas em Saúde Mental do Ministério Público brasileiro e dá outras providências.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Distrito Federal

- 24) Conflito de Atribuições nº 1.01416/2025-00
Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de São Paulo. SEI nº 19.16.2435.0089574/2025-26. Autos nº 1501626-79.2025.8.26.0009 e 5198003-27.2025.8.13.0024. Apuração referente a suposto crime de ameaça praticado por meio de ligação telefônica, possivelmente configurando violência doméstica ou de gênero. 8ª Promotoria de Justiça de Belo Horizonte. Promotoria de Justiça Criminal do Jabaquara.
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
Origem: Minas Gerais
- 25) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00006/2026-88 (Embargos de Declaração)
Embargante: Francisco Edinaldo do Vale Cavalcante
Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Inércia institucional quanto à prevenção e ao combate do assédio moral no serviço público. Violação ao princípio da imparcialidade.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Ceará
- 26) Pedido de Providências nº 1.00055/2026-57 (Recurso Interno)
Recorrente: João Aparicio de Souza
Recorridos: Conselho Nacional do Ministério Público; Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Solicitação de apuração da regularidade da condução da Notícia de Fato nº 1.18.000.000714/2025-94.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz
Origem: Goiás
- 27) Pedido de Providências nº 1.00143/2026-30 (Embargos de Declaração)
Embargante: Julia Karen Stallbaum Dominguez
Advogados: Luis Marcelo Marcondes Pinto – OAB/SP nº 512.145; Thiago Gebaili de Andrade – OAB/SP nº 262.310; Onei Nicola Ferreira Filho – OAB/RS nº 117.614
Embargados: Procuradoria da República – Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Investigação a respeito da morte do cão "Orelha", em Santa Catarina. Possíveis vínculos familiares entre investigados e integrantes do sistema de justiça estadual, inclusive Promotores de Justiça. Pedido de acompanhamento para resguardar a moralidade administrativa, integridade, credibilidade e legitimidade constitucional do Ministério Público brasileiro.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Santa Catarina
- 28) Pedido de Providências nº 1.00196/2026-24
Requerente: Douglas Fabiano de Melo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Apuração de possível irregularidade na participação do Chefe do Executivo Municipal em entrega da nova sede da Promotoria de Justiça de Paulínia.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz
Origem: São Paulo

- 29) Notícia de Fato nº 1.00265/2026-72 (Recurso Interno)
Recorrente: Max Schrappe
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado do Paraná. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
Origem: Paraná
- 30) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00281/2026-47 (Embargos de Declaração)
Embargante: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Advogado: Raimundo Cezar Britto Aragão – OAB/DF n.º 32147
Embargado: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Controle. Declaração de nulidade dos Editais de processos seletivos para Programas de Residência Técnica. Desrespeito ao art. 37, caput e inciso II, da Constituição da República, à Lei Federal nº 11.788/2008 e à Resolução CNMP nº 42/2009. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
Origem: Rio de Janeiro
- 31) Consulta nº 1.00291/2026-91
Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas
Interessada: Leda Mara Nascimento Albuquerque
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Cumprimento do dever de residência estabelecido na Resolução CNMP nº 26/2007. Possibilidade de fornecimento de dados relativos à origem do acesso dos membros aos sistemas internos da instituição, como a disponibilização do número do Internet Protocol (IP), independentemente de autorização judicial.
Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Origem: Amazonas
- 32) Conflito de Atribuições nº 1.00303/2026-23
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Requerido: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.29.000.000095/2026-35. Procedimento nº 01770.000.067/2026. Apuração de violações a direitos humanos e risco de morte em conflito indígena na Terra Indígena Ventarra. Município de Erebangó/RS.
Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira
Origem: Rio Grande do Sul
- 33) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00338/2026-35
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Procedimento de Gestão Administrativa (PGA) nº 20.23.2612.0000016/2025-48. Decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte que declarou a inaplicabilidade do Projeto "Selo de Comparcimento" (ou "Presença Garantida") aos procedimentos de movimentação na carreira por merecimento. Impedimento da Corregedoria Geral para voto na matéria. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz
Origem: Rio Grande do Norte

- 34) Notícia de Fato nº 1.00341/2026-02 (Recurso Interno)
Recorrentes: Evangleia Costa Reis; Stenio Reis Fadini
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Informa a ocorrência de supostas irregularidades no arquivamento de procedimentos extrajudiciais.
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto
Origem: Minas Gerais
- 35) Notícia de Fato nº 1.00358/2026-24 (Recurso Interno)
Recorrente: Claudia Martins
Recorrida: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Informa a ocorrência de supostas irregularidades nas promoções de arquivamento de procedimentos extrajudiciais.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Rio de Janeiro
- 36) Pedido de Providências nº 1.00396/2026-03 (Recurso Interno)
Recorrente: Michael Miranda de Souza
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Atuação. Promoção de arquivamento. Notícia de Fato nº 0156.000045/2025. Irregularidades em adaptação razoável consistente na disponibilização de aulas gravadas/remotas, conforme prevê a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: São Paulo
- 37) Conflito de Atribuições nº 1.00406/2026-20
Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.23.001.001087/2025-39. Procedimento SAJ nº 01.2025.00000589-0. Apuração de suposta irregularidade na prestação de serviços da Faculdade UNIASSELVI (Polo Parauapebas) aos discentes do Curso de Farmácia.
Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira
Origem: Pará
- 38) Pedido de Providências nº 1.00423/2026-58 (Recurso Interno)
Recorrente: Cassio Rodrigues Martins de Macedo
Recorrido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Processo nº 5002428-04.2025.4.03.6100. Alegação de atuação negligente em processos relacionados ao concurso público CNPU 2024. Cerceamento de acesso à justiça e comprometimento de direitos fundamentais do requerente.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: São Paulo

- 39) Conflito de Atribuições nº 1.00436/2026-63 (Processo Sigiloso)
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.30.001.002905/2025-86. Processo TJRJ nº 0019500-73.2025.8.19.0001 (Inquérito Policial nº: 2024.0121248-SR/PF/RJ). Apuração de possível delito previsto no artigo 241-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
Origem: Rio de Janeiro
- 40) Conflito de Atribuições nº 1.00438/2026-70
Requerente: Procuradoria da República – Ceará/Maracanaú
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Ceará. Ministério Público do Estado do Ceará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.15.000.000222/2026-91. Procedimento nº 09.2025.00026116-4. Apuração de possível crime de exploração sexual envolvendo crianças e/ou adolescentes no âmbito da Internet. Município de Banabuiú/CE.
Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira
Origem: Ceará
- 41) Pedido de Providências nº 1.00461/2026-29 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Atuação. Indeferimento. Notícia de Fato nº 02.16.0024.0369268.2026-08. Manifestação Ouvidoria nº 891222042026-7. Apuração da prática dos crimes de esbulho possessório e de ameaça contra o requerente.
Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Origem: Minas Gerais
- 42) Conflito de Atribuições nº 1.00465/2026-43
Requerente: Ministério Público do Trabalho
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Ministério Público do Estado de Goiás. IC 000149.2026.18.002/5. Denúncia de supostas irregularidades ocorridas no processo eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás – SINTEGO, na regional de Águas Lindas de Goiás.
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto
Origem: Goiás
- 43) Conflito de Atribuições nº 1.00487/2026-40 (Processo Sigiloso)
Requerente: Ministério Público Federal no Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado Ceará
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Ceará. NF 1.15.000.002312/2025-36. Ministério Público do Estado do Ceará. MP nº 06.2018.00002723-7. Conflito Negativo de Atribuições. Apura possíveis crimes contra o sistema financeiro, supostamente praticados pela Empresa MATTOS INVESTING. Obtenção de vantagem ilícita por meio da criação e manutenção da chamada "PIRÂMIDE DE PONZI".
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Ceará

- 44) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00497/2026-94
Requerente: Enzo de Almeida Carrara Boncompagni
Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Decisão do Conselho Superior. Procedimento nº 29.0001.0044201.2026-45/2026. Manutenção dos Avisos nº 124/2026 – CSMP e nº 136/2026 – CSMP. Remoção e Promoção na carreira. Determinação para anulação da aplicação do Art. 56, § 3º, do RI-CSMP/SP, por incompatibilidade com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 6757. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz
Origem: São Paulo
- 45) Pedido de Providências nº 1.00518/2026-17 (Recurso Interno)
Recorrente: Alexsandro Souza Cerqueira
Advogado: Alexsandro Souza Cerqueira – OAB/BA nº 79.033
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Atuação. Deslealdade processual e violação ao devido processo legal. Processo TJBA nº 0580171-73.2017.8.05.0001. Determinação para a suspensão do julgamento da apelação. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
Origem: Bahia
- 46) Conflito de Atribuições nº 1.00520/2026-22
Requerente: Procuradoria da República – Piauí
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Piauí. Ministério Público do Estado do Piauí. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.27.000.001581/2025-64. Procedimento SIMP Nº 004588-361/2024. Apuração de supostas falhas nos serviços educacionais prestados pela instituição de ensino superior privada Unopar Anhanguera, no polo de Picos/PI.
Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Origem: Piauí
- 47) Pedido de Providências nº 1.00529/2026-15
Requerente: Andrea Fregona
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Atuação. Andamento de recurso. Procedimento PGA 001.2026.042098. Apuração de irregularidades em atendimento prestado em delegacia de polícia civil. Prosseguimento de inquérito policial.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Paraíba
- 48) Conflito de Atribuições nº 1.00539/2026-60
Requerente: Procuradoria da República – Goiás/Aparecida de Goiânia
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Ministério Público Federal. Notícia de Fato: 1.18.000.001117/2026-68. Apuração de possível dano ambiental decorrente de atividade de garimpo ilegal de ouro no Município de Matrinchã/GO.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Goiás

- 49) Pedido de Providências nº 1.00541/2026-75
Requerente: Carlos Martins Espinoza
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Omissão. Fiscalização do cumprimento de acordos judiciais relativos à recuperação de córregos e fundos de vale em Ponta Porã/MS. Cumprimento de Sentença nº 019.04.002543-6 e Ação Civil Pública nº 0800528-12.2015.8.12.0019.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Mato Grosso do Sul
- 50) Conflito de Atribuições nº 1.00602/2026-86
Requerente: Procuradoria da República – Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. NF 1.25.000.006007/2026-58. Ministério Público do Estado do Paraná. MPPR-0043.26.000082-3. Conflito Negativo de Atribuições. Apura supostas irregularidades na destinação de recursos oriundos da Lei Aldir Blanc (Lei n.º 14.017/2020), relacionadas ao evento Luau no Lago, realizado em 2024 no Município de Cornélio Procópio/PR.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Paraná
- 51) Conflito de Atribuições nº 1.00604/2026-93
Requerente: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Requerido: Procuradoria da República – Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato 02782.000.965/2025. Notícia de Fato nº 1.26.000.003241/2025-13. Apuração de possível violação ao Código de Defesa do Consumidor. Comercialização de passagens aéreas. Empresa KIWI.COM.
Relator(a): Cons. Márcio Barra Lima
Origem: Pernambuco
- 52) Conflito de Atribuições nº 1.00617/2026-07
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Procedimento SIG nº 08.2025.00204301-0 (EPROC n.º 5002012-20.2025.8.24.0538). Autos nº 0000282-59.2026.8.16.0146. Apuração de crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor (Art. 311, CP).
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Santa Catarina

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público